

VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (Orgs.). *História Intelectual e Educação: trajetórias, impressos e eventos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. 424 p.

---

Renato Torres\*

O livro *História Intelectual e Educação* é decorrente das investigações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa História Intelectual e Educação (GPHIE), composto por docentes e discentes que integram a linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Completando 10 anos de existência, o GPHIE tem desenvolvido sistematicamente pesquisas sobre intelectuais que se destacaram no Paraná no final do século XIX e início do século XX.

A presente publicação, com 424 páginas, pertencente ao conjunto de pesquisas contemporâneas em História da Educação Brasileira, conta com a apresentação de Luciano Mendes de Faria Filho, professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Sob o título “Um elogio à Heresia”, Faria Filho destaca a contribuição do livro como um importante aporte teórico-metodológico para os estudos da área. Na sequência, o coordenador do GPHIE, Carlos Eduardo Vieira, professor da Universidade Federal do Paraná, contribui problematizando “as relações entre a história da educação, a história intelectual e dos intelectuais” (p. 11), e as apropriações teóricas das pesquisas desenvolvidas no grupo. O livro está dividido em três segmentos da História da Educação: trajetórias, impressos e eventos.

A primeira parte do livro é composta por capítulos que discutem a trajetória de intelectuais que atuaram no estado do Paraná, defendendo os princípios da modernidade. A apropriação da modernidade no Paraná teve diversas interpretações. Nesse sentido, embora cada capítulo trate de um intelectual em especial, é possível perceber aproximações entre a atuação de intelectuais mulheres, de intelectuais católicos e de intelectuais defensores da Escola Nova.

**DOI:** 10.1590/0104-4060.53223

\* Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Paraná, Brasil. Rua General Carlos Cavalcanti, nº 4748. CEP: 84030-900. E-mail: torresrenato@yahoo.com.br

As trajetórias das intelectuais Mariana Coelho, Eny Caldeira e Julia Wanderley foram analisadas segundo suas relações com o campo da Educação, suas redes de sociabilidades e a partir da profissionalização da mulher. No capítulo “Mariana Coelho: educação e emancipação feminina”, de Alexandra Padilha Bueno, a autora busca analisar a experiência educacional da intelectual no Colégio Santos Dumont. Inicialmente Bueno situa Mariana Coelho no contexto do Paraná e apresenta suas principais publicações. Mariana Coelho estabeleceu diálogo com intelectuais do período. Em suas produções, abordou o feminismo, a profissionalização da mulher, a laicização do ensino e o anticlericalismo; tendo destaque em questões relativas à educação e à emancipação da mulher. Em seguida, Alexandra Bueno tratou do método de ensino utilizado por Mariana Coelho e de sua visão sobre o ensino misto e sobre a profissionalização da mulher.

O capítulo escrito por João Paulo de Souza da Silva, intitulado “Eny Caldeira e a formação do campo educacional”, se propõe a discutir a luta por representações de modernidade na década de 1950, período em que a intelectual assumiu a direção do Instituto de Educação do Paraná (IEP). Conforme Silva, Caldeira se especializou na pedagogia montessoriana e manteve um interesse pelo ensino da arte infantil. Trabalhando junto ao artista Guido Viaro, a intelectual promoveu um curso de aperfeiçoamento de desenho para normalistas e uma grande exposição de arte infantil no centenário do Paraná. Posteriormente trabalhou no Rio de Janeiro, participando do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no INEP.

O capítulo “Julia Wanderley e a consolidação da escola promíscua”, escrito por Silvete Aparecida Crippa de Araujo, teve por objetivo analisar a trajetória de Julia Wanderley, destacando os aspectos sociais e as políticas atreladas às representações da mulher e da professora normalista no Paraná. Julia Wanderley foi uma das primeiras mulheres a frequentar aulas presenciais junto aos homens na Escola Normal no Paraná.

Os intelectuais católicos foram representados em dois capítulos, sendo um dedicado a Theobaldo Miranda Santos, escrito por Rodrigo Augusto de Souza, e o outro dedicado a Liguarú Espírito Santo. No capítulo intitulado “Theobaldo Miranda Santos: um intelectual católico e modernista”, o autor inicia a reflexão afirmando que Theobaldo Miranda Santos foi um intelectual que buscou a renovação do pensamento católico. Tal pretensão se difere da movimentação católica antimodernista do século XIX. O texto segue com a formação do intelectual, destacando influências teóricas presentes nas escolas onde estudou. Ao conciliar o modernismo com o catolicismo, estabeleceu interlocução com Alceu Amoroso Lima, intelectual católico de expressão nacional. Utilizando-se da imprensa católica e pedagógica, Theobaldo Miranda Santos dialogou com autores alemães, como Kant e Dilthey.

“Liguarú Espírito Santo e a difusão do pensamento católico na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná”, capítulo escrito por Samara Garratini e Rodrigo Augusto de Souza expõe o vínculo entre o intelectual e os espaços onde se inseriu, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL), o Centro de Estudos Bandeirantes (CEB) e a imprensa católica, todos associados ao catolicismo. No decorrer do capítulo, Garratini e Souza abordam a maneira como a filosofia se tornou central na estrutura curricular da FFCL, e como o intelectual participou dos embates entre católicos e laicos. Liguarú Espírito Santo ajudou a fundar o CEB junto aos intelectuais que defendiam um modernismo católico baseado no neotomismo. Durante sua trajetória, combateu o anticlericalismo, o liberalismo, o laicismo e o comunismo, procurando fortalecer a presença de intelectuais que defendessem os ideais católicos.

No capítulo intitulado “Nilo Cairo: entre a escola militar e a faculdade de medicina do Rio de Janeiro”, o autor Névio de Campos apresenta a formação de Nilo Cairo e estabelece um diálogo com a produção historiográfica. Em seguida discorre sobre o capital cultural adquirido por sua passagem na Escola Militar e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Na Escola Militar, teve contato com o positivismo e, na Faculdade de Medicina, se dedicou a homeopatia. O capital cultural acumulado por Nilo Cairo pode ser interpretado como uma estratégia do intelectual ao participar do processo de criação da Universidade do Paraná.

Tratando da escola básica, a primeira parte do livro contém ainda dois capítulos nos quais são abordados intelectuais que defenderam os princípios da Escola Nova. O capítulo “Erasmo Pilotto: o papel da arte e da cultura na formação de professores”, de autoria de Rossano Silva, ressalta a importância dada à arte na escola de professores de Curitiba no período em que o intelectual esteve no cargo de assistente técnico da instituição. Erasmo Pilotto é considerado um dos primeiros articuladores da Escola Nova no Paraná. O texto apresenta algumas evidências de uma boa relação de Pilotto com a esfera pública, o que, por sua vez, contribuiu para sua atuação no campo da Educação. No subitem “A escola de professores como um centro de cultura”, o autor enfatiza o diálogo com Pestalozzi e a formação cultural do professor. Silva também destaca que a criação do Centro de Cultura pode ser considerada como uma estratégia para que os alunos da Escola de Professores entrassem em contato com diversas modalidades de manifestações artísticas. Em seguida o autor analisa as bases teóricas das ações de Pilotto, sintetizadas na publicação da obra *Prática da Escola Serena*.

No capítulo “João Roberto Moreira: aproximações com o movimento pela escola nova no Paraná”, a autora Leziany Silveira Daniel discorre sobre a formação de Moreira e sobre sua aproximação de Erasmo Pilotto, ao frequentar o Centro de Cultura Filosófica (CCF), em 1933. Dentre as atividades do Centro encontrava-se uma campanha pela Escola Nova no Paraná. Moreira trabalhou

com Pilotto, em 1933, na Escola de Professores de Ponta Grossa e conheceu Fernando de Azevedo em 1935, por ocasião de uma palestra proferida na Universidade do Paraná. João Roberto Moreira e Erasmo Pilotto valorizavam a maneira como a Escola Nova foi apropriada pelos intelectuais no Paraná. Essa interlocução teve continuidade mesmo depois de Moreira deixar de residir no estado. A autora conclui destacando as primeiras experiências de Moreira no Movimento Escola Nova no Paraná e posteriormente em Santa Catarina e no Rio de Janeiro.

Os capítulos dedicados às trajetórias dos intelectuais no Paraná dialogam com a produção historiográfica e a maioria tem a teoria praxiológica de Bourdieu como fundamento de suas análises. A segunda parte do livro é dedicada aos impressos, sobretudo às revistas e aos jornais diários, que se configuraram como espaços onde os intelectuais defenderam seus ideais de modernidade.

No capítulo escrito por Dulce Regina Baggio Osinski e Anna Carolina Bandalise, sob o título “Imprensa periódica: ‘malhadas e remalhadas’ de Raul Gomes em favor da Educação e da Cultura (1910-1970)”, as autoras contextualizam o papel da imprensa no início do século XX e em seguida apresentam a produção de Raul Gomes, destacando suas campanhas em defesa da educação e da cultura. Osinski e Bandalise concluem enfatizando como Gomes fez uso da mídia impressa para difundir seus ideais e articulou sua rede de sociabilidades como parte das estratégias de concretização de seus projetos.

O capítulo “Revista Escola Portuguesa: aproximações com o ideário da escola nova (1934-1940)”, escrito por Bernadete de Lourdes Streisky Strang, apresenta um minucioso estudo de como a imprensa tratou de assuntos ligados à Escola Nova em Portugal. A autora aborda o contexto do Estado Novo em que a revista foi criada e apresenta uma relação com a atuação do Ministro António de Oliveira Salazar. Em um primeiro momento houve resistência por parte do Estado Novo em relação à Escola Nova; entretanto, mais tarde ocorreu uma mudança de opinião. Nesse período, a Escola Nova foi reinterpretada, estabelecendo conexões com correntes pedagógicas religiosas e conservadoras.

No capítulo escrito por Caroline Baron Marach, intitulado “Revista *A Escola* e seu projeto educacional e civilizacional (1906-1910)”, a autora situa o período entre as demais produções impressas e apresenta seus principais colaboradores. Para analisar o projeto educacional veiculado na revista, recorre ao contextualismo linguístico com aporte teórico de John Pocock (2003) e a Nóvoa (1997) para tratar da imprensa especializada. Aborda as principais características da revista e os aspectos político-educacionais. Sebastião Paraná e Dario Velloso figuram entre os primeiros diretores da revista. No início do século XX, Curitiba avançou em relação ao processo de modernização. Além da chegada de artefatos, houve também o acesso às teorias científicas racionalistas que

contribuíram para a “crença no poder da ciência para sanar os males humanos” (p. 236). No projeto socioeducacional de *A Escola*, defenderam a preparação de um indivíduo capaz de assumir uma profissão que garantisse sua sobrevivência. Dentre as iniciativas do grupo *A Escola*, a autora destacou a Liga do Ensino e o Congresso dos Professores Públicos do Estado do Paraná. Marach conclui que, de acordo com o discurso publicado na revista, a educação seria responsável por civilizar o povo e adequá-lo à modernidade.

No capítulo “*Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*: propagandas escolares como evidências da modernidade pedagógica”, redigido por Cristiane dos Santos Souza e Vanessa Raianna Gelbcke, são investigadas as contribuições destes dois jornais diários na divulgação de estabelecimentos de ensino e na apresentação de concepções educacionais. Inicialmente apresentam a linha editorial dos dois jornais. Na sequência, apoiando-se em Quentin Skinner, analisam a linguagem valorativa utilizada nas propagandas das escolas da época, quando, ao divulgar as instituições escolares, eram utilizadas técnicas para persuadir os leitores com argumentos vinculados ao debate educacional do período, com destaque aos métodos modernos, à estrutura física adequada, aos turnos de ensino e à qualificação docente. Aparecem também publicações voltadas para cursos técnicos, indicando a necessidade de formação profissional na área comercial.

No capítulo escrito por Iriana Nunes Vezzani, intitulado “*Revista Galeria Ilustrada*: repercussões ilustradas da Lei Balbino da província do Paraná”, a autora investiga a reação à Lei Balbino por meio da análise de charges publicadas no periódico. Inicialmente Vezzani contextualiza a implementação da Lei nº 917 no Paraná, pelo então presidente do estado, doutor Balbino Cândido da Cunha. Em seguida a autora detalha o formato da revista e se concentra na seção “Gaveta do Diabo”, destinada a questionar a administração da província. Nesta seção foram publicadas charges com o propósito de criticar a política educacional do governo da época. A autora conclui, afirmando que as charges publicadas contribuíram para a construção da opinião pública, “exercendo uma pressão potencializada pelo grau de informatividade, poder argumentativo e persuasivo da imagem” (p. 288).

No capítulo “*Imprensa Paranaense*: representações sobre saúde e educação da mulher (1920-1930)”, de autoria de Sarasvati Yakchini Zridevi Conceição, discute-se a imagem da “mulher saudável”, veiculada em jornais diários, em Curitiba, na década de 1920. Conceição apresenta os periódicos, seus diretores e os principais redatores. Conforme a autora, os jornais não estavam destinados à população em geral, mas a uma pequena parcela de letrados da cidade. Em tais publicações, o papel da mulher era visto como estratégico, estando atrelado ao bem-estar da família. Alinhadas com teorias médicas do período, as propagandas

de remédio analisadas estavam pautadas em debates sobre o funcionamento do corpo feminino.

O capítulo escrito por Silvia de Ross, denominado “*Paraná-Médico*: intelectuais em defesa da educação dos habitantes do meio rural (1916-1930)”, analisa o discurso de defesa da educação para moradores do meio rural, como parte dos pressupostos da modernidade. Ross se propõe a refletir sobre o atraso do país em relação às endemias rurais. Em seguida a autora analisa como os doutores da revista *Paraná-Médico* divulgaram pesquisas realizadas na região central e enfatizaram a necessidade de inserção de higiene nas populações rurais. Na última seção do texto, a autora aborda as articulações entre educação higiênica e educação agrícola na revista. Havia também a defesa da ideia de que os proprietários de terra deveriam ficar responsáveis pela saúde dos seus subordinados, porém, recebendo um subsídio do governo. O Estado, por sua vez, deveria investir em escolas, porque, além das questões de higiene, ajudariam a conter o êxodo da população rural em direção às cidades.

Nas análises das fontes, parte dos autores dos capítulos sobre impressos se fundamentam no contextualismo linguístico, com especial atenção aos escritos de Pocock e Skinner. A terceira parte do livro dedica-se a eventos voltados à educação básica em contexto de modernidade. A busca por melhorias no ensino tornou-se uma das principais causas dos intelectuais de então.

Escrito por Andréa Cordeiro, o capítulo “Congressos Americanos da Criança: representações em luta (1916-1922)”, busca analisar as representações da infância americana nas primeiras edições do evento. Os conceitos “lutas de representação”, elaborado por Chartier, e “atos de fala performativos”, desenvolvido por Austin, fundamentam a análise das fontes. A autora estabelece uma relação entre os congressos e o desejo de proliferação dos ideais de modernidade. Nesse período a infância passou a figurar em debates nos congressos e em preocupações políticas. Contando com o apoio de especialistas de diversas áreas (juristas, médicos, educadores e sociólogos), aconteceram diversos congressos em torno da infância no ocidente. A autora conclui afirmando que os Congressos Americanos da Criança, além de mobilizarem um grande volume de conhecimento sobre a infância, promoveram espaços de trocas e de articulação política.

No capítulo “Congressos de Ensino Primário e Normal: o protagonismo da mulher (1926)”, Cristiane dos Santos Souza analisa este evento que teve como propósito discutir assuntos pedagógicos e debater as políticas públicas para a reforma da educação. O encontro contou com a participação expressiva de mulheres. A autora concentra sua reflexão na participação feminina nas comissões e na produção de teses. Na análise das teses, destacaram-se as temáticas: métodos de ensino, organizações de museus escolares, ensino da moral e do civismo, ensino primário obrigatório, educação musical e ensino nas escolas

frequentadas por filhos de colonos estrangeiros. Ao final, Souza considera que os discursos das congressistas estavam alinhados com o debate dos reformadores da educação no Paraná.

O capítulo intitulado “1<sup>a</sup> Exposição de Pintura do Centro Juvenil de Artes Plásticas: a presença da criança nas comemorações do centenário do Paraná (1953)”, escrito por Dulce Regina Baggio Osinski e João Paulo de Souza da Silva, busca refletir sobre a valorização do desenho infantil, por meio da participação em um evento de grande visibilidade do Paraná, no século XX. Os autores iniciam o texto apresentando as principais correntes teóricas que fundamentaram a educação em arte no Brasil no período estudado. Em seguida pontuam como as exposições de arte infantil, aliadas com o debate sobre livre expressão, conquistaram espaço em âmbitos nacional e local. No tópico “pompas e inacabamentos no projeto do centenário”, os autores apresentam a organização do evento e as estratégias de divulgação. As comemorações aconteceram durante todo o ano do centenário. Entretanto, obras, como o Teatro Guaíra, a Biblioteca Pública e o Centro Cívico, que estavam com inauguração prevista, não foram concluídas. Em tamanho evento as críticas não foram poupadadas. Contudo, as festas foram realizadas e a arte infantil esteve exposta em um dos pavilhões do evento. Osinski e Silva analisam a exposição de arte infantil e estabelecem uma relação com a criação do Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP).

O último capítulo, intitulado “Conferências Nacionais de Educação: o ensino secundário em Pauta (1928-1929)”, de Telma Faltz Valério, tem por objetivo refletir sobre o funcionamento das Conferências Nacionais de Educação (CNEs) e problematizar aspectos da organização do ensino secundário debatido nas II e III edições do evento. Criadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE), as conferências agregaram representantes do governo federal, do estadual e da sociedade civil. A autora apresenta a estrutura das CNEs, a lógica de composição das mesas e os critérios de escolha das teses. Na sequência Telma Valério reflete sobre as alterações ocorridas no formato do evento, em geral resultante da necessidade de aprofundamento das temáticas voltadas à educação.

Na totalidade da leitura, percebe-se a circulação dos intelectuais em espaços culturais, em instituições de ensino e em debates materializados em suas publicações. A obra é relevante para os estudos de História da Educação no Brasil e uma grande contribuição para aqueles que buscam compreender as tensões que se instauraram em torno da educação e dos ideais de modernidade no Paraná.

Texto recebido em 2 de junho de 2017.  
Texto aprovado em 16 de junho de 2017.

